

REVISÃO DO PDM DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

RESUMO NÃO TÉCNICO



Câmara Municipal de Oliveira do Hospital



ABRIL 2013

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

Volume I – Resumo Não Técnico

Volume II – Relatório Ambiental

INDICE

| | | |
|-----|--|----|
| 1 | INTRODUÇÃO | 7 |
| 2 | OBJECTIVOS | 8 |
| 3 | OBJECTO DE AVALIAÇÃO | 9 |
| 4 | ENVOLVIMENTO PÚBLICO E INSTITUCIONAL..... | 15 |
| 5 | QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO..... | 17 |
| 6 | FACTORES CRÍTICOS DE DECISÃO..... | 21 |
| 7 | ANÁLISE DE INCOMPATIBILIDADES E SINERGIAS | 23 |
| 8 | ANÁLISE SWOT - SITUAÇÃO EXISTENTE E ANÁLISE TENDENCIAL..... | 25 |
| 9 | AVALIAÇÃO DE OPORTUNIDADES E RISCOS DECORRENTES DO PLANO..... | 27 |
| 9.1 | FCD Ordenamento do Território | 27 |
| 9.2 | FCD Qualidade Ambiental..... | 27 |
| 9.3 | FCD Riscos Naturais e Tecnológicos | 28 |
| 9.4 | FCD Biodiversidade..... | 28 |
| 9.5 | Património Cultural | 29 |
| 10 | SÍNTESE DE OPORTUNIDADES E RISCOS..... | 31 |
| 11 | SÍNTESE DAS DIRECTRIZES DE GESTÃO E MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO DOS EFEITOS DO PLANO..... | 33 |
| 12 | SÍNTESE DO QUADRO DE GOVERNANÇA PARA A ACÇÃO | 35 |
| 13 | PLANO DE SEGUIMENTO E QUADRO DE CONTROLO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO..... | 37 |
| 14 | CONCLUSÃO | 41 |

1 INTRODUÇÃO

O presente documento constitui o Resumo Não Técnico (RNT) ao Relatório Ambiental do processo de Avaliação Ambiental Estratégica relativo à Revisão do Plano Director Municipal de Oliveira do Hospital, promovido pela respectiva Câmara Municipal.

O objectivo da AAE consiste em identificar, descrever e avaliar os eventuais efeitos significativos no ambiente, relativamente às propostas de alteração do PDM, através da sistematização de oportunidades (impactes positivos) e riscos (impactes negativos), relativamente à revisão do PDM, e propor directrizes que permitam apoiar a implementação da revisão do PDM.

A revisão do Plano Director Municipal de Oliveira do Hospital encontra-se sujeita a Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), nos termos do disposto nas alíneas c) do n.º 2, do art. 86º, do D.L. n.º 380/99, de 22 de Setembro, com alterações introduzidas e republicação operada pelo D.L. n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro, e a) do n.º 1 do artigo 3º do D.L. n.º 232/2007, de 15 de Junho, que transpõe para o direito nacional, a Directiva Europeia 2001/42/CE, de 25 de Junho.

A revisão do PDM encontrava-se próximo da fase de conclusão aquando da entrada em vigor da legislação acima referida, como tal o processo de avaliação ambiental teve início, excluindo-se do âmbito do mesmo, a análise de alternativas, uma vez que as propostas efectuadas no âmbito da revisão já se encontravam definidas.

O presente RNT pretende sintetizar a informação relevante que resultou da AAE efectuada, nomeadamente as oportunidades e riscos de natureza ambiental e estratégica identificados, bem como as directrizes de gestão sustentável e ainda um Plano de seguimento da execução do PDM, com um princípio orientador para a sustentabilidade ambiental ao PDM.

É recomendada a consulta do Relatório Ambiental para uma apreensão mais rigorosa e aprofundada do exposto no presente RNT.

2 OBJECTIVOS

O objectivo da elaboração da Avaliação Ambiental Estratégica da revisão do Plano Director Municipal de Oliveira do Hospital, dando cumprimento à legislação em vigor (no art. 2º do DL nº 232/2007), é identificar, descrever e avaliar as consequências das opções estratégicas, concretizadas no conteúdo do plano (Peças escritas e desenhadas), ao nível dos seus impactes de natureza estratégica, designadamente oportunidades e riscos de índole ambiental.

A presente AAE pretende também definir um quadro de Directrizes de minimização dos efeitos negativos, um quadro de Governança para a acção e ainda, fundamentalmente, um quadro de Seguimento/Controlo da implementação do plano, com vista ao acompanhamento das oportunidades e riscos previstos no âmbito da presente.

3 OBJECTO DE AVALIAÇÃO

O objecto da presente Avaliação Ambiental Estratégica incide sobre os propósitos da revisão do Plano Director Municipal de Oliveira do Hospital, que visa na promoção dos recursos paisagísticos e naturais, a qualificação de novos espaços industriais e empresariais infra-estruturados, e no desenvolvimento da actividade turística salvaguardando e fomentando a utilização dos recursos e valores turístico, naturais e construídos.

Os Objectivos Estratégicos subjacentes à revisão do PDM de Oliveira do Hospital são:

- I. Melhorar a mobilidade e acessibilidade, tanto ao nível supra municipal como ao nível local;
- II. Qualificar, colmatar e estruturar os espaços urbanos;
- III. Aproveitar os valores paisagísticos, naturais e biofísicos;
- IV. Valorizar o património cultural construído de referência;
- V. Potenciar o desenvolvimento económico;
- VI. Apoiar o desenvolvimento da actividade turística.

Cada um dos Objectivos Estratégico supra-referidos é composto por conjunto de medidas/iniciativas territoriais propostas que procuram consubstanciar e materializar os Objectivo Global atrás definido.

O Quadro 1 elenca o conjunto de acções e iniciativas que a autarquia pretende levar a cabo no sentido de implementar o disposto nos Vectors e Objectivos Estratégicos desta revisão do PDM.

Na Figura 1 apresentam-se alguns exemplos das principais iniciativas propostas e a sua localização no município

Quadro 1 – Acções e medidas previstas para cada Objectivo Estratégico do Plano Director Municipal de Oliveira do Hospital.

| Melhorar a mobilidade e acessibilidade, tanto ao nível supra municipal como ao nível local; | Qualificar, colmatar e estruturar o espaço urbano | Aproveitar os valores paisagísticos, naturais e biofísicos | Valorizar o património cultural construído de referência através da melhoria e preservação do edificado | Potenciar o desenvolvimento económico através da criação estratégica de espaços empresariais e industriais | Apoiar o desenvolvimento da actividade turística, salvaguardando e fomentando a utilização dos recursos e valores turísticos, naturais e construídos |
|---|--|--|---|--|--|
| <ul style="list-style-type: none"> - Construção do IC6, IC7 e IC37 e dos nós de ligação; - Ligação da Variante de Travanca de Lagos e EM 502-1 ao nó do IC6; - Ligação da ZI de Oliveira do Hospital ao nó do IC6; - Ligação da ZI do Vale D. Clara à EN17; - Variante da ER 230 em Ervedal da Beira; - Variante da ER 230 em Fiais da Beira; - Variante de Travanca – ligação das EM 502 e EM 502-1, a Sul de Travanca de Lagos e Tijelinho, com ligação ao nó do IC6, EN 230-6 e à Circular Poente; - Requalificar o sistema viário principal (ER e EM) através de repavimentação das vias degradadas, correcção de traçados e introdução de ligações seguras nos nós; - Repavimentação das vias degradadas, correcção de traçados e introdução de ligações seguras nos nós; - Beneficiação e melhoria do sistema viário estabelecendo melhores ligações entre os lugares; - Perfis transversais tipo dentro dos aglomerados urbanos: rua, alameda, avenida, zona industrial e empresarial, zona habitacional, etc; - Perfis tipo fora dos aglomerados urbanos, hierarquizados conforme a tipologia da via. - Estabelecer uma ligação radial Norte da cidade (feira e cemitério) a Vendas de Gavinhos; - Estabelecer um radial poente da Cidade para Bobadela (estrada da Cobrança); - Beneficiar a ligação desde a rotunda do alto de Aldeia de Nogueira a Nogueira do Cravo - variante a Aldeia de Nogueira - Criar a Circular Norte de ligação de Gavinhos de Cima à Quinta da Coitena; - Criar a Circular Poente – ligação ao nó do IC6 e Variante de Travanca, passando pela EN 230-6, Estradão da Cobrança (Radial) até à EM 509, com ligação à Circular Sul (estradão de Gramaços) - Criar a Circular Sul - melhoria do traçado do Estradão de Gramaços e sua ligação até à estrada da Catraia no cruzamento de Gramaços, passando a norte de Gramaços; - Criar a Circular Nascente – ligação do cruzamento de Gramaços passando para Norte, atravessando a Rua Comendador Manuel Rodrigues Lagos, a Poente da Escola Secundária, até à Avenida Calouste Gulbenkian; - Criar a Variante à Portela com Ligação do Estradão de Gramaços à EN17; - Estabelecer ligação entre a Casa Museu, pela Rua Desembargador A Vasconcelos, até à Rotunda do Hospital; - Estabelecer ligação entre a EM 509 e a Rua Eça de Queirós no Vale Ferreiro; - Alargamento da Avenida Calouste Gulbenkian; - Alargamento da EN 230-6 da cidade até à Variante Poente; - Definição de perfis transversais tipo para os vários troços; - Estudo e definição de traçados adaptados ao | <ul style="list-style-type: none"> - Aglomerados de nível I; - Aglomerados de nível II; - Aglomerados de nível III; - Nos aglomerados de Nível I: áreas que permitem predominantemente o uso misto e tipologia de habitação colectiva e áreas que permitem predominantemente o uso da tipologia de habitação unifamiliar; - Nos aglomerados de Nível II e III: áreas que permitem predominantemente o uso da tipologia de habitação unifamiliar; - Inserir na EEU os Espaços Verdes; - Estruturação dos espaços verdes de utilização colectiva ao nível da cidade, sedes de freguesia e restantes lugares; - Criação do Parque Urbano da Seara - Oliveira do Hospital; - EC 1 - Área para Equipamentos de Utilização Colectiva de Oliveira do Hospital; - EC 2 - Área para Equipamentos de Utilização Colectiva da Portela; - Área da EBI de Ervedal da Beira; - Área da EBI de Lagares da Beira; - Área do Recinto da Feira e Cemitério em Oliveira do Hospital; - Área da Central de Camionagem, Quartel dos Bombeiros e Mercado Municipal em Oliveira do Hospital; - Área da EB2,3 e Escola Secundária de Oliveira do Hospital; - Área da EBI de Ponte da Três Entradas; - Prever no Regulamento regras específicas para as várias categorias de Solo Rural e Solo Urbano; - PU 1 - Cidade de Oliveira do Hospital; - PU 2 - Lagares da Beira; - PU 3 - Eixo urbano Ervedal da Beira/ Vila Franca da Beira/ Aldeia Formosa/ Seixo da Beira; - PU 4 - Área Urbana de Galizes, Vendas de Galizes /Santa Ovaia /Senhor das Almas e Nogueira do Cravo; | <ul style="list-style-type: none"> - Delimitar e regulamentar a Estrutura Ecológica Rural: RAN, REN, Cartografia das Orientações de Gestão do Sítio do Carregal do Sal – Plano Setorial da Rede Natura 2000, Cartografia das Populações de <i>Narcissus scaberulus</i> do Sítio do Carregal do Sal – Plano Setorial da Rede Natura 2000 Corredor Ecológico do Mondego PROFDL Corredor Ecológico do Alva e Rio de Cavalos PROFPIN Corredor Ecológico do Alva e Seia PROFBIN Corredor Ecológico do Alvôco Áreas de Recreio e Lazer - Delimitar e regulamentar a Estrutura Ecológica Urbana: Áreas Verdes de Utilização , Áreas Verdes de Protecção e Enquadramento; - Transposição do PSRN2000 para a escala 1/10.000; - Regras de Edificabilidade no regulamento do plano; Delimitar e regulamentar as Áreas Verdes de utilização Colectiva existentes: Avô - Parque Merendeiro da Ilha do Pico; Bobadela – Senhora da Luz; Caldas de São Paulo - Área Verde de Utilização Coletiva e Parque Merendeiro; Fiais da Beira – Área Verde de Utilização Coletiva das Palheiras; Lagares da Beira – Largo Doutor Agostinho Antunes; Lagos da Beira - Parque Merendeiro de Lagos da Beira; Meruge – Laje Grande; Nogueira do Cravo – Área Verde de Utilização Coletiva; Oliveira do Hospital - Parque do Mandanelho; Oliveira do Hospital - Parque dos Marmelos; Penalva de Alva - Parque Merendeiro de Penalva de Alva; Santo António do Alva - Área Verde de Utilização Coletiva e Parque Merendeiro de Santo António do Alva; São Paio de Gramaços – Parque Merendeiro Senhora dos Milagres; Seixas – Parque Merendeiro das Seixas; Seixas – Área Verde de Utilização Coletiva; Seixo da Beira - Parque Merendeiro da Senhora da Estrela; Senhor das Almas - Parque Merendeiro do Sr. das Almas; Vale Maceira – Santuário de Nossa Senhora das Preces; Vila Franca da Beira - Área Verde de Utilização Coletiva e Parque Merendeiro de Vila Franca da Beira - Delimitar e regulamentar as Áreas Verdes de utilização Colectiva Propostas: Avô – Prolongamento da Área Verde de Utilização Coletiva; Chão Sobral - Área Verde de Utilização Coletiva; Ervedal da Beira - Área Verde de Utilização Coletiva; Ervedal da Beira – Área Verde de Utilização Coletiva da Cordinha; Lagares da Beira - Área Verde de Utilização Coletiva; fMeruge - Área Verde de Utilização Coletiva de Entre-Águas; | <ul style="list-style-type: none"> Elaboração dos Planos de Pormenor dos Centros Históricos de: Seixas; Seixo da Beira; Póvoa de São Cosme; Vila Franca da Beira; Fiais da Beira; Ervedal da Beira; Lagares da Beira; Meruge; Travanca de Lagos; Lajeosa; Lagos da Beira; Bobadela; Oliveira do Hospital; São Paio de Gramaços; Nogueira do Cravo; São Gião; Penalva de Alva; Lourosa; Vila Pouca da Beira; Avô; Aldeia das Dez; Alvôco das Várzeas. - Protecção, manutenção e preservação do Património Classificado; - Promoção do património classificado conjuntamente com a sua envolvente natural e paisagística; - Criação de Percursos Arqueológicos; - Desenvolvimento de Actividades relacionadas com o conhecimento e preservação do património classificado; - Propor lista a classificação e valorização de valores patrimoniais tais como: imóveis, conjuntos, sítios, lugares. | <ul style="list-style-type: none"> - Criar novos Espaços de Actividades Económicas através das UOPG: EAE 3 – Espaço de Actividades Económicas de Lagares de Beira Nascente, EAE 4 - Espaço de Actividades Económicas de Meruge, EAE 7 - Espaço de Actividades Económicas de São Gião, EAE 8 - Espaço de Actividades Económicas de Nogueira do Cravo/Vale D. Clara; - Criar UOPG para ampliação de Espaços de Actividades Económicas: EAE 1 - Ampliação da Zona Industrial da Cordinha, EAE 2 - Ampliação do Espaço de Actividades Económicas de Ervedal da Beira, EAE 5 - da Zona Industrial de Oliveira do Hospital, EAE 6 - Ampliação do Espaço de Actividades Económicas de São Paio de Gramaços; - Dotar as Áreas de Actividades Económicas de novas regras de edificação, ampliação e reconstrução: EAE 2 - Espaço de Actividades Económicas de Vila Franca da Beira, EAE 3 - Espaço de Actividades Económicas de Ervedal da Beira Poente, EAE 4 - Espaço de Actividades Económicas da Beira Sul, EAE 7 - Espaço de Actividades Económicas da Chamusca da Beira – Matadouro, EAE 8 - Espaço de Actividades Económicas de Catraia de São Paio/ Portela, EAE 9 - Espaço de Actividades Económicas do Senhor das Almas, EAE 10 - Espaço de Actividades Económicas da Recta da Salinha, EAE 11 - Espaço de Actividades Económicas de Santa Ovaia, EAE 12 - Espaço de Actividades Económicas de Vendas de Galizes; - Valorizar e Promover os produtos tradicionais de qualidade: Maçã de Bravo Esmolfe, Borrego Serra da Estrela, Queijo Serra da Estrela, Requeijão Serra da Estrela, Maçã da Beira Alta. | <ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver a Centralidade Urbano Turística: Permitir a instalação de equipamentos de utilização colectiva, Promover a instalação de empreendimentos turísticos, Promover a actividade comercial nomeadamente de produtos turísticos; - Criar Núcleos Urbanos de Turismo de Lazer (NUTL): Bobadela, Penalva de Alva, Santo António do Alva, Caldas de São Paulo, São Sebastião da Feira, Avô, Ponte das Três Entradas; Fiais da Beira, Alvôco das Várzeas, Vale de Maceira, Lourosa, Vila Pouca da Beira, Digueifel, São Gião, Rio de Mel e Rede das Aldeias do Xisto (Aldeia das Dez); - Criar Núcleos de Desenvolvimento Turístico (NDT): Vale dos Sonhos; - Criar Aldeias Turísticas: Aldeia do Vieiro, Vale do Ferro, Aldeia do Colcorinho, - Regularizar e localizar áreas de recreio e lazer: área de recreio e lazer de Meruge, Parque de São Bartolomeu em Meruge e Parque Merendeiro de Alvôco das Várzeas; - Regularizar a criação de empreendimentos turísticos, culturais e de recreio e lazer: Regulamento do Plano; - Permitir a criação e requalificação das áreas de recreio e lazer: Regulamento do Plano; - Promoção do Queijo da Serra da Estrela; - Promoção do Requeijão da Serra da Estrela; - Promoção do Borrego da Serra da Estrela; - Promoção da Maçã de Bravo Esmolfe; - Promoção da Maçã da Beira Alta; - Promoção de carne de porco e dos Enchidos; - Promoção dos Produtos Artesanais (cobre, granitos, etc); - Criar circuitos turísticos: Circuito das Serras do Colcorinho e do Açor, Circuitos arqueológicos, Circuitos de paisagem, Circuitos do Mondego, Circuitos do Alva e do Alvôco; - Fomentar as actividades lúdicas, desportivas e culturais: Desportos fluviais, Desportos de montanha, Desportos radicais. |

| Melhorar a mobilidade e acessibilidade, tanto ao nível supra municipal como ao nível local; | Qualificar, colmatar e estruturar o espaço urbano | Aproveitar os valores paisagísticos, naturais e biofísicos | Valorizar o património cultural construído de referência através da melhoria e preservação do edificado | Potenciar o desenvolvimento económico através da criação estratégica de espaços empresariais e industriais | Apoiar o desenvolvimento da actividade turística, salvaguardando e fomentando a utilização dos recursos e valores turísticos, naturais e construídos |
|--|---|--|---|--|--|
| <p>movimento gerado pelos atravessamentos;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Definição de troços de percurso lento; - Assegurar atravessamentos seguros; - Criar vias de distribuição secundárias servidas por estacionamento; - Execução da Central de Camionagem; - Reforçar as ligações supra municipais, nomeadamente para as cidades; - Favorecer e fomentar as ligações internas, permitindo uma maior articulação com a rede de transportes escolares. | | <p>Nogueira do Cravo – Prolongamento da Área Verde de Utilização Coletiva; Oliveira do Hospital - Parque Urbano da Seara/Vinhas Mortas; Penalva de Alva – Prolongamento da Área Verde de Utilização Coletiva; Rio de Mel - Área Verde de Utilização Coletiva; Santo António do Alva - Prolongamento da Área Verde de Utilização Coletiva; Travanca de Lagos - Área Verde de Utilização Coletiva; Vale de Maceira - Prolongamento da Área Verde de Utilização Coletiva do Santuário N. Sr.ª das Preces</p> <p>Delimitar e regulamentar as áreas de recreio e lazer: Área de Recreio e Lazer de Meruge;</p> <p>Parque de São Bartolomeu em Meruge;</p> <p>Parque Merendeiro de Alvôco das Várzeas;</p> | | | |

Oliveira do Hospital, município com elevada qualidade ambiental, equilibrado entre o urbano e o rural; centro estruturante regional e polarizador subregional do desenvolvimento económico e social, assente na valorização e promoção dos atractivos locais e naturais.

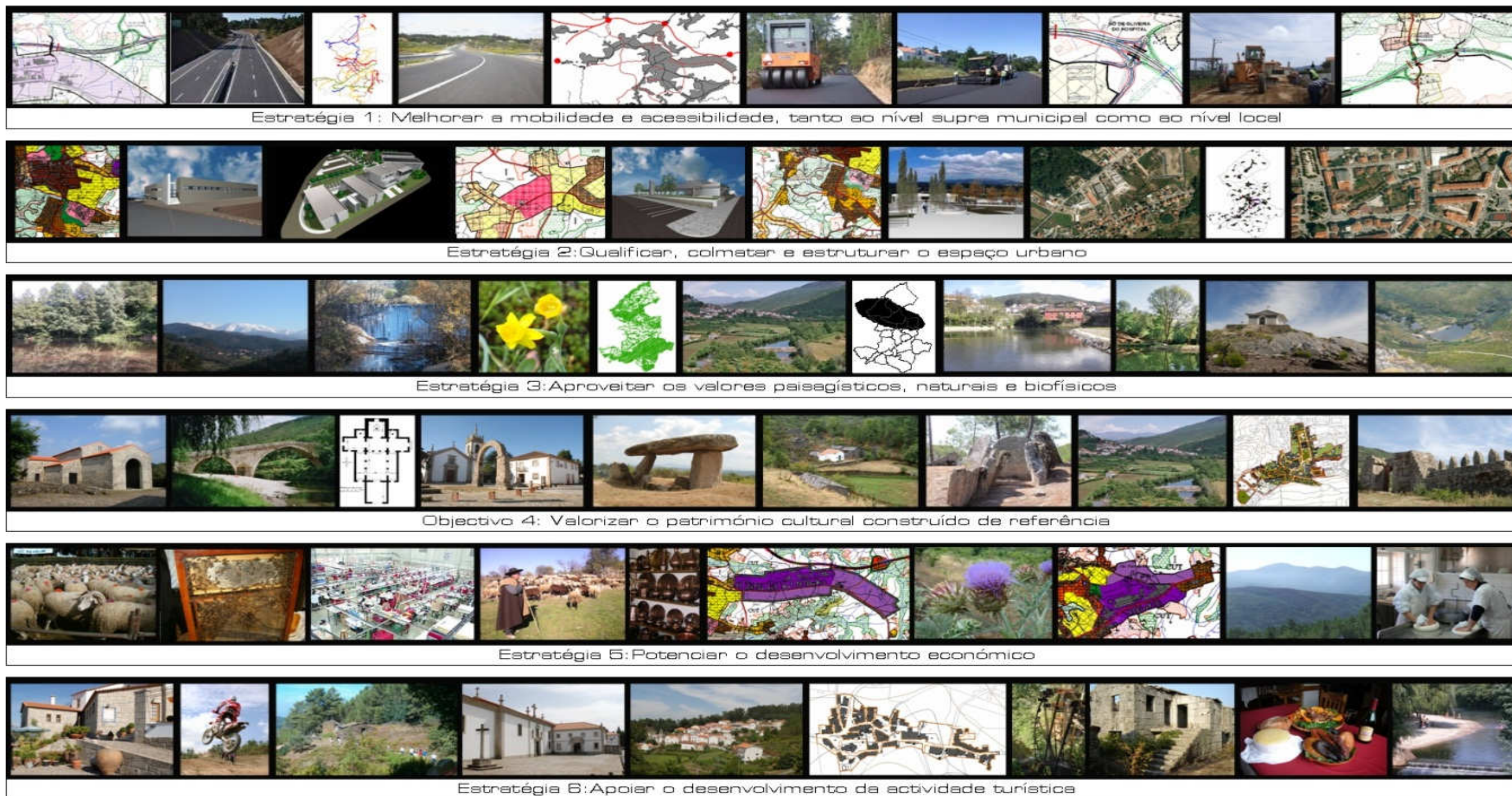


Figura 1 - Principais Iniciativas Propostas

4 ENVOLVIMENTO PÚBLICO E INSTITUCIONAL

O envolvimento institucional iniciou-se em Abril de 2002 com a publicação da Comissão Técnica de Acompanhamento (CTA), desde então diversas reuniões têm realizado a apreciação dos diferentes aspectos técnicos. as entidades representadas na CTA são as seguintes: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional Centro – CCDR-C; Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU); Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Centro (DRAPC); Direcção Regional de Economia do Centro (DREC); Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPA); Autoridade Florestal Nacional (AFN); EP, Estradas de Portugal (EP).

Para efeitos de determinação do âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica (Relatório dos Factores Críticos para a Decisão) de entre as Entidades com Responsabilidades Especificas (ERAE) consultadas prenunciaram-se as seguintes:

- Agência Portuguesa do Ambiente – APA;
- Autoridade Nacional de Protecção Civil - ANPC;
- Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade – ICNB (actualmente Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas);
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional Centro – CCDR-C;
- Administração da Região Hidrográfica do Centro – ARH-C (actualmente Integrado na Agência Portuguesa do Ambiente – APA);
- Administração Regional de Saúde do Centro – ARS-C, I.P.

O presente Relatório Ambiental (bem como este Resumo Não Técnico) será submetido às ERAE ainda antes da apresentação do PDM e o Relatório Ambiental serem posteriormente levados a Consulta Pública.

Finda a Consulta Pública e aprovado o plano, a autarquia enviará à Agência Portuguesa de Ambiente uma Declaração Ambiental onde consta a forma como as considerações ambientais e o Relatório Ambiental foram integrados no plano, entre outras.

5 QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO

O papel do Quadro de Referência Estratégico é o de enquadrar a proposta do plano director municipal em análise, no quadro estratégico de planos, programas e estratégias nacionais que servem de referencial à avaliação ambiental estratégica.

Apresentam-se de seguida os instrumentos – planos, programas e estratégias - mencionados anteriormente:

- Plano Nacional da Política de Ordenamento Territorial – PNPOT
- Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável 2005 – 2015 – ENDS
- Plano Nacional da Água – PNA
- Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais para o período de 2007-2013 – PEAASAR II
- Estratégia Nacional para Efluentes Agro-Pecuários e Agro-industriais ENEAPAI (2007-2013)
- Plano Nacional para o Uso Eficiente da Água - PNUEA
- Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos para o período de 2007-2016 - PERSU II
- Plano Rodoviário Nacional - PRN2000
- Programa de Acção Nacional de Combate à Desertificação – PANCD
- Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios - PNDFCI
- Plano Estratégico Nacional do Turismo – PENT
- Plano Nacional de Desenvolvimento Rural – PNDR
- Programa Operacional Temático Valorização do Território – POTVT (QREN)
- Plano Sectorial da Rede Natura 2000 – PSRN 2000
- Estratégia Nacional para a Conservação da Natureza e Biodiversidade – ENCNB
- Plano Nacional para as Alterações Climáticas - PNAC
- Plano Nacional de Acção para a Eficiência Energética – PNAEE
- Plano Nacional de Acção Ambiente e Saúde – PNAAS
- Plano da Bacia Hidrográfica do Rio Mondego – PBHM
- Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro – PROTC

- Plano Regional de Ordenamento Florestal do Pinhal Interior Norte – PROFPIN
- Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios – PMDFCI
- Plano Municipal de Emergência – PME
- Plano de Desenvolvimento do Município de Oliveira do Hospital – PDMOH

O Quadro 2 procura sumarizar a informação relativa à convergência do Quadro de Referência Estratégico e dos objectivos estratégicos da revisão do PDM.

Quadro 2 – Síntese da convergência entre o Quadro de Referência Estratégico e os objectivos estratégicos do PDM de Oliveira do Hospital em revisão.

| QRE | PDM Oliveira do Hospital | | | | | |
|------------|--|---|--|---|---|---|
| | I. Melhorar a mobilidade e acessibilidade, tanto ao nível supra municipal como ao nível local. | II. Qualificar, colmatar e estruturar os espaços urbanos. | III. Aproveitar os valores paisagísticos, naturais e biofísicos. | IV. Valorizar o património cultural construído de referência. | V. Potenciar o desenvolvimento económico. | VI. Apoiar o desenvolvimento da actividade turística. |
| PNPOT | ● | ● | ○ | ● | ● | ● |
| ENDS | ● | ● | ○ | ● | ● | ● |
| PNA | ○ | ● | ● | ● | ● | ● |
| PEAASAR II | ○ | ● | ● | ● | ● | ● |
| ENEAPAI | ○ | ● | ○ | ○ | ● | ○ |
| PNUEA | ○ | ● | ● | ● | ● | ● |
| PERSU II | ○ | ● | ● | ● | ● | ● |
| PRN 2000 | ● | ○ | ○ | ○ | ● | ● |
| PANCD | ● | ○ | ● | ● | ● | ● |
| PNDFCI | ○ | ● | ● | ○ | ○ | ● |
| PENT | ● | ○ | ● | ● | ● | ● |
| PNDR | ● | ● | ● | ○ | ● | ● |
| POTVT | ● | ● | ● | ○ | ● | ● |
| PSRN2000 | ○ | ○ | ● | ○ | ○ | ● |
| ENCNB | ○ | ● | ● | ○ | ○ | ● |
| PNAC | ○ | ○ | ● | ○ | ○ | ● |
| PNAEE | ● | ○ | ● | ● | ○ | ● |
| PNAAS | ○ | ● | ○ | ● | ● | ● |
| PBHM | ○ | ● | ● | ● | ● | ● |
| PROTC | ● | ● | ● | ● | ● | ● |
| PROFPIN | ○ | ○ | ● | ● | ● | ○ |
| PMDFCI | ○ | ● | ● | ○ | ● | ● |
| PME | ● | ● | ○ | ○ | ○ | ○ |
| PDMOH | ● | ● | ● | ● | ● | ● |

○ LIGAÇÃO FRACA ● LIGAÇÃO MÉDIA ● LIGAÇÃO FORTE

6 FACTORES CRÍTICOS DE DECISÃO

Atendendo aos Objectivos estratégicos do plano, ao Quadro de Referência Estratégico definido e às principais problemáticas do ponto de vista ambiental existentes no município de Oliveira do Hospital, consideram-se na presente AAE da Revisão do Plano Director Municipal de Oliveira do Hospital os Factores Críticos de Decisão constantes no Quadro 3.

Quadro 3 – Factores Críticos de Decisão considerados na AAE da revisão do PDM de Oliveira do Hospital.

| Factor Critico de Decisão | Descrição |
|---------------------------------------|--|
| Ordenamento do Território | Pretende avaliar os efeitos da revisão do Plano sobre o ordenamento do território, com destaque para os diferentes usos e aptidões do solo, a dimensão de qualificação dos recursos humanos endógenos e sua relação com a fixação de actividades de valor acrescentado e avaliar a forma como é promovido o espaço rural e a sua relação com a estrutura urbana. |
| Qualidade Ambiental | Pretendem-se identificar possíveis consequências decorrentes de acções previstas na proposta de revisão do PDM, que possam vir a ter influência na qualidade ambiental e que correspondem aos impactes de natureza estratégica, positivos e negativos face aos aspectos ambientais: recursos hídricos, resíduos, ambiente acústico, qualidade do ar e energia |
| Riscos Naturais e Tecnológicos | Pretende-se avaliar a contribuição do PDM de Oliveira do Hospital para a prevenção de riscos naturais, através de uma análise que avalia as oportunidades e os riscos, que correspondem aos impactes de natureza estratégica, positivos e negativos face aos aspectos: incêndios, erosão dos solos, cheias, risco de radão e explosão. |
| Biodiversidade | Avaliar as principais consequências da Revisão do Plano Director Municipal sobre os valores naturais de interesse conservacionista (flora, fauna, habitats) e demais valores fundamentais para a sua conservação presentes no município de Oliveira do Hospital. |
| Património Cultural | Avaliar a forma como os recursos culturais contribuem para a valorização do território; avaliar a importância deste factor como suporte indispensável ao desenvolvimento sustentável do município; avaliar o contributo do Plano para a preservação e valorização do património cultural, designadamente o arquitectónico e arqueológico. |


Para cada Factor Critico de Decisão foram definidos critérios de avaliação e indicadores, com o objectivo de conferir uma dimensão analítica aos FCD, estabelecendo o âmbito da avaliação e o nível de pormenor da informação analisada.


7 ANÁLISE DE INCOMPATIBILIDADES E SINERGIAS


Apresenta-se de seguida as potenciais incompatibilidades e sinergias que possam ocorrer entre os Objectivos estratégicos do próprio PDM (Quadro 4). O objectivo desta análise é o de detectar potenciais razões de sinergias entre objectivos estratégicos, que motivem oportunidades, bem como potenciais conflitos que constituam um risco ao desenvolvimento do Concelho. As potenciais incompatibilidades e sinergias identificadas foram alvo de uma análise mais atenta no Relatório Ambiental.

Quadro 4 - Matriz de Incompatibilidades e Sinergias entre Objectivos estratégicos do PDM de Oliveira do Hospital.

| | | | | | | | | |
|--------|------|-------|--------|-------|------|---|---|-------|
| OE I | OE I | | | | | | | |
| OE II | A | OE II | | | | | | |
| OE III | B | F | OE III | | | | | |
| OE IV | | G | J | OE IV | | | | |
| OE V | C | H | K | N | OE V | | | |
| OE VI | D | E | I | L | M | O | P | OE VI |

 Sinergia

 Conflito Potencial

 Sem Relação

OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS DA REVISÃO DO PDM:

Objectivo Estratégico I – Melhorar a mobilidade e acessibilidade, tanto ao nível supra municipal como ao nível local.

Objectivo Estratégico II – Qualificar, colmatar e estruturar os espaços urbanos.

Objectivo Estratégico III – Aproveitar os valores paisagísticos, naturais e biofísicos.

Objectivo Estratégico IV – Valorizar o património cultural construído de referência.

Objectivo Estratégico V – Potenciar o desenvolvimento económico.

Objectivo Estratégico VI – Apoiar o desenvolvimento da actividade turística.

CONFLITOS POTENCIAIS IDENTIFICADOS:

A – Sinergia entre a construção das diversas vias e as áreas urbanas e urbanizáveis do concelho;

B – Conflito potencial entre a construção/ampliação de novas vias de comunicação e o aproveitamento do património paisagístico, natural e biofísico;

C – Sinergia entre a construção/ampliação de novas vias de comunicação e criação e/ou ampliação de áreas de actividades económicas e empresariais;

D – Sinergia entre a melhoria de acessibilidades e o desenvolvimento da actividade turística;

E – Conflito potencial entre a construção de novas vias de comunicação e a salvaguarda de valores turísticos naturais e construídos;

F - Sinergia entre a qualificação do espaço urbano e o aproveitamento do património paisagístico, natural e biofísico;

- G** – Sinergia entre a qualificação do espaço urbano e a valorização do património cultural construído;
- H** – Conflito potencial entre a criação e/ou ampliação de áreas de actividades económicas e empresariais e a qualificação e estruturação de áreas urbanas e urbanizáveis do concelho;
- I** – Sinergia entre a qualificação do espaço urbano e o apoio do desenvolvimento da actividade turística.
- J** – Sinergia entre a valorização do património cultural e o aproveitamento do património paisagístico, natural e biofísico;
- K** – Conflito potencial entre a criação e/ou ampliação de novas áreas de actividades económicas e empresariais e o aproveitamento do património paisagístico, natural e biofísico;
- L** – Sinergia entre o aproveitamento do património paisagístico, natural e biofísico e o apoio do desenvolvimento da actividade turística salvaguardando e fomentando a utilização de recursos e valores turísticos naturais;
- M** – Conflito potencial entre o aproveitamento do património paisagístico, natural e biofísico e o apoio do desenvolvimento da actividade turística (criação de áreas turísticas em solo rural);
- N** – Conflito potencial entre a valorização do património cultural construído e a criação de espaços empresariais e industriais;
- O** – Sinergia entre a valorização do património cultural e o apoio do desenvolvimento da actividade turística.
- L** – Sinergia entre potenciar o desenvolvimento económico e o apoio do desenvolvimento da actividade turística.

8 ANÁLISE SWOT - SITUAÇÃO EXISTENTE E ANÁLISE TENDENCIAL

O Quadro 5 apresenta uma análise SWOT da situação existente e tendencial do Concelho de Oliveira do Hospital para os Factores Críticos para a Decisão seleccionados no âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica, dando a indicação sobre os pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças ao território municipal.

Quadro 5 – Análise SWOT da situação actual do município de Oliveira do Hospital, à luz do PDM em vigor.

| Factor Crítico para a Decisão | Forças | Fraquezas | Oportunidades | Ameaças |
|---------------------------------------|---|--|--|---|
| Ordenamento do Território | <ul style="list-style-type: none"> - Proximidade relativa aos centros urbanos de Coimbra, Viseu, Covilhã, Guarda; - Aumento da população activa no sector secundário; - Tecido empresarial de base endógena, com especialização produtiva assente nos recursos naturais; - Presença de todos os níveis de ensino (pré-escolar ao superior, incluindo a ESTGOH e a EPTOLIVA); - Diversidade do património histórico e cultural;- Dinamismo socioeconómico e espírito empreendedor dos empresários locais; | <ul style="list-style-type: none"> - Ausência de um sistema de circulação de alta capacidade (IC); - Congestionamento da EN17; - Diminuição da população total do município; - Carência de especialização do emprego no Sector Terciário; - Debilidades nos serviços de apoio às empresas; - Maioria das empresas com baixo investimento em actividades de maior valor acrescentado (i&d); | <ul style="list-style-type: none"> - Construção planeada de novas e melhores acessibilidades; - Existência de programas regionais, nacionais e comunitários de apoio ao desenvolvimento empresarial; - Existência de políticas nacionais de apoio específicas para turismo e sector agro-alimentar; - Existência de uma política de cidades; - Crescimento da procura do turismo de natureza; - Crescimento da procura de produtos biológicos e certificados; | <ul style="list-style-type: none"> - Debilidades económicas do país; - Estagnação e envelhecimento da população nacional; - Declínio de algumas indústrias tradicionais – têxtil; - Riscos de deslocalização de empresas; - Concorrência de outros concelhos com potencial de atracção de investimento; |
| Qualidade Ambiental | <ul style="list-style-type: none"> - Implementação de sistemas de recolha de RSU conducente à reciclagem de materiais e serviço de recolha de resíduos de grandes dimensões “monos”, óleos alimentares e pilhas; - Adesão à Sociedade de Tratamento de Resíduos do Planalto Beirão – ECOBEIRÃO; - Parques eólicos em funcionamento e condições favoráveis à localização de mais infra-estruturas da mesma natureza no concelho; - Existência de um Ecocentro; | <ul style="list-style-type: none"> - Multiplicidade e dispersão de captações de água e pequenos sistemas de abastecimento que dificultam a monitorização, manutenção e controlo de qualidade de água; - Valores muito desactualizados referentes à cobertura da rede de abastecimento e saneamento. - Eficiência Energética: inexistência de certificação energética e sistemas de microgeração em edifícios da autarquia; | <ul style="list-style-type: none"> - Construção de redes de drenagem de águas residuais em todos os aglomerados urbanos do Município ainda não servidos; - Estabelecimento de estratégia municipal para as energias renováveis; - Aumento da Cobertura da recolha selectiva de resíduos | <ul style="list-style-type: none"> - Multiplicidade de Fossas Sépticas Colectivas; - Estabelecimentos industriais dispersos pelo município; - Diminuição da eficiência de tratamento das ETAR devido à pressão proveniente dos efluentes das unidades industriais dispersas; - Degradação potencial do ambiente natural devido à instalação de unidades industriais poluentes e de empreendimentos turísticos. |
| Riscos Naturais e Tecnológicos | <ul style="list-style-type: none"> - Redução Gradual do número de incêndios florestais ao longo dos últimos anos; | <ul style="list-style-type: none"> - Elevada área do município sujeita a Risco de erosão; - Inexistência de campanhas de sensibilização da população ao Radão - Diversas pedreiras dispersas pelo concelho. | <ul style="list-style-type: none"> - Valorização do papel ambiental da floresta, nas políticas nacionais; - Promoção dos espaços naturais do concelho; - Promoção de uma gestão florestal sustentável, que reduza o risco de incêndio e valorize a matéria-prima; - Actualização do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios; - Actualização do Plano Municipal de Emergência de Protecção Civil. | <ul style="list-style-type: none"> - Conjuntura económica desfavorável a investimentos; - Redireccionamentos dos fundos comunitários para outro tipo de projectos; - Aumento da erosão dos solos devido aos incêndios e precipitações fortes; - Potencial contaminação de captações de água e praias fluviais com cinzas e sedimentos arrastados após os incêndios; |
| Biodiversidade | <ul style="list-style-type: none"> - Ocorrência de um património natural rico, que inclui endemismos regionais (e.g. <i>Narcissus scaberulus</i>), árvores classificadas de interesse público e habitats com estatuto de protecção; - Ocorrência de vários corredores ecológicos naturais, definidos em PROF (e.g. rio Mondego, rio Alva, rio Alvôco, rio Seia); - Elevada expressividade de povoamentos florestais no território com gestão activa (integrados em ZIF); - Existência de um património paisagístico particularmente rico e diverso. | <ul style="list-style-type: none"> - Ausência de planos de gestão ou acção visando a conservação da biodiversidade que abranjam o território; - Ocorrência de incêndios florestais; - Ocorrência de povoamentos de espécies florestais invasoras (e.g. mimosa); - Degradação paisagística e ambiental associada a factores como os incêndios, a monocultura florestal, a proliferação de acacial e outras espécies florestais invasoras, a existência de indústrias extractivas em diversos pontos do território, incluindo áreas integradas no Sítio Carregal do Sal; | <ul style="list-style-type: none"> - Oportunidade para actualização da caracterização e distribuição dos valores naturais presentes no município e sua relevância; - Aproveitamento das espécies autóctones para produção de madeira de qualidade (e.g. folhosas autóctones); - Ordenamento da expansão de edificação dispersa e condicionamento da instalação de novas áreas urbanas, indústrias extractivas (pedreiras), parques eólicos e outras infra-estruturas no concelho; - Possibilidade de minimização de riscos sobre o património florestal e degradação do património paisagístico, através do ordenamento das áreas de expansão urbana e industrial; | <ul style="list-style-type: none"> - Degradação dos espaços florestais devido a risco de fogos florestais, abandono, expansão de doenças (e.g. nemátode do pinheiro) e proliferação de espécies florestais invasoras (e.g. mimosa); - Aumento da degradação paisagística associada à expansão urbana das principais localidades e edificação dispersa ao longo das principais vias existentes; - Degradação ambiental associada à exploração de recursos geológicos, particularmente em áreas ambientalmente sensíveis (e.g. Sítio Carregal do Sal). |
| Património Cultural | <ul style="list-style-type: none"> - Diversidade do património histórico e cultural (monumentos, aldeias, etc.) - Presença de áreas naturais e sistemas agro-florestais de elevado valor paisagístico. | <ul style="list-style-type: none"> - Mau estado de conservação de algum património arquitectónico. - Subaproveitamento de algum património arquitectónico | <ul style="list-style-type: none"> - Reabilitação do património arquitectónico para criação de unidades de alojamento turístico. - Uso do regulamento do PDM para estabelecer medidas de preservação e conservação do Património. - Preservação do património arquitectónico como desenvolvimento do sector turístico do concelho. | <ul style="list-style-type: none"> - Perda dos elementos construtivos tradicionais - Falta de apoios para a reabilitação do património. - Degradação da paisagem rural devido ao abandono da actividade agrícola. - Intrusões visuais causadas pela indústria extractiva. |

9 AVALIAÇÃO DE OPORTUNIDADES E RISCOS DECORRENTES DO PLANO

9.1 FCD ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Relativamente ao FCD Ordenamento do Território verifica-se que a proposta de PDM envolve maioritariamente oportunidades:

- 😊 Oportunidade para conter a edificação dispersa e reordenar o território.
- 😊 Qualificação dos espaços para a actividade empresarial e industrial.
- 😊 Potenciar o desenvolvimento da Actividade Turística.
- 😊 Constituição de Estrutura Ecológica Urbana.

Como principais riscos salientam-se:

- 😞 Inutilização de solo rural, solos classificados de REN e RAN, e de ocupação florestal.
- 😞 Aumento da impermeabilização do solo.
- 😞 Aumento do fluxo de veículos pesados.

9.2 FCD QUALIDADE AMBIENTAL

Relativamente ao FCD Qualidade Ambiental verifica-se que a proposta de PDM envolve as seguintes oportunidades:

- 😊 Redução do número de Fossas Sépticas Colectivas, ligação a ETAR's;
- 😊 Construção de novas ETAR's;
- 😊 Relocalização das unidades industriais para novas áreas de actividades económicas;

Como principais riscos salientam-se:

- 😞 Conjuntura económica desfavorável a investimentos.
- 😞 Redireccionamentos dos fundos comunitários para outro tipo de projectos que não contemplem as infra-estruturas.
- 😞 Degradação potencial do ambiente natural devido à instalação de empreendimentos turísticos e de unidades industriais poluentes.
- 😞 Aumento do ruído proveniente do tráfego rodoviário e da actividade industrial;

9.3 FCD RISCOS NATURAIS E TECNOLÓGICOS

Relativamente ao FCD Riscos Naturais e identificaram-se as seguintes oportunidades decorrentes do Plano:

- 😊 Promoção dos espaços naturais do concelho.
- 😊 Valorização do papel ambiental da floresta, nas políticas municipais.
- 😊 Actualização do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndio;

Como principais riscos salientam-se:

- 😞 Aumento da erosão do solo devido aos incêndios e precipitações fortes.
- 😞 Potencial contaminação de captações de água e praias fluviais com cinzas e sedimentos arrastados pós incêndios;
- 😞 Percentagem elevada de áreas urbanizáveis inseridas em locais com perigosidade de incêndio muito alto;
- 😞 Inexistência de campanhas de sensibilização da população decorrente do Risco de Radão.

9.4 FCD BIODIVERSIDADE

Da análise realizada para o FCD Biodiversidade identificaram-se as seguintes oportunidades, decorrentes da revisão do PDM de Oliveira do Hospital:

- 😊 Integração do Plano Sectorial da Rede Natura 2000 (SIC Carregal do Sal) na revisão do PDM de Oliveira do Hospital;
- 😊 Proposta de medidas de promoção e preservação de património classificado, e proposta de novas áreas de património natural a classificar;
- 😊 Identificação de árvores classificadas como de interesse público ou em vias de classificação, com definição de perímetros de protecção.
- 😊 Definição e regulamentação da Estrutura Ecológica Municipal, ocupando cerca de 60% do território e incluindo corredores ecológicos definidos no PROF;
- 😊 Identificação dos principais valores paisagísticos do concelho e inclusão no Regulamento da revisão do PDM das Zonas de Protecção do Património Natural e Arqueológico;

Em contrapartida, foram identificados alguns riscos decorrentes da revisão do PDM, dos quais se destacam os seguintes:

- ☹️ Proposta de Áreas Potenciais de Exploração geológica e de solo urbanizável em territórios incluídos no SIC Carregal do Sal;
- ☹️ Potencial afectação de espécies e habitats com interesse conservacionista fora dos limites do Sítio Carregal do Sal, devido à construção de infra-estruturas (e.g. novas vias rodoviárias);
- ☹️ Potencial afectação da EEM devido à construção de infra-estruturas (e.g. novas vias rodoviárias);
- ☹️ Potencial afectação de valores paisagísticos identificados na revisão do PDM principalmente devido à construção de infra-estruturas (e.g. novas vias rodoviárias) e proposta de Áreas Potenciais de Exploração Geológica;

9.5 PATRIMÓNIO CULTURAL

Relativamente ao FCD Património Cultural verifica-se que a proposta de PDM envolve as seguintes oportunidades:

- 😊 Preservação e conservação do património edificado e arqueológico.
- 😊 Reabilitação do património arquitectónico para criação de unidades de alojamento turístico.
- 😊 Aproveitamento do património edificado e arqueológico como factor de desenvolvimento turístico.































Como principal risco identificado salienta-se:




- ☹️ Perda dos elementos construtivos tradicionais.

10 SÍNTESE DE OPORTUNIDADES E RISCOS

O Quadro 6 resume as oportunidades e riscos associados aos Objectivos Estratégicos do PDM de Oliveira do Hospital, identificados no âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica.

Quadro 6 – Resumo de oportunidades e riscos identificados na AAE.

| FCD | Objectivos Estratégicos da revisão do PDM de Oliveira do Hospital | | | | | |
|--------------------------------|--|--|--|--|--|--|
| | OE I | OE II | OE III | OE IV | OE V | OE VI |
| Ordenamento do Território |  |  |  |  |  |  |
| Qualidade Ambiental |  |  |  |  |  |  |
| Riscos Naturais e Tecnológicos |  |  |  |  |  |  |
| Biodiversidade |  |  |  |  |  |  |
| Património Cultural |  |  |  |  |  |  |

-  – Interacção muito favorável
-  – Interacção ligeiramente favorável ou nula
-  – Interacção desfavorável

OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS DA REVISÃO DO PDM:

Objectivo Estratégico I – Melhorar a mobilidade e acessibilidade, tanto ao nível supra municipal como ao nível local.

Objectivo Estratégico II – Qualificar, colmatar e estruturar os espaços urbanos.

Objectivo Estratégico III – Aproveitar os valores paisagísticos, naturais e biofísicos.

Objectivo Estratégico IV – Valorizar o património cultural construído de referência.

Objectivo Estratégico V – Potenciar o desenvolvimento económico.

Objectivo Estratégico VI – Apoiar o desenvolvimento da actividade turística.

11 SÍNTESE DAS DIRECTRIZES DE GESTÃO E MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO DOS EFEITOS DO PLANO

Na sequência da Avaliação Ambiental Estratégica da revisão do PDM de Oliveira do Hospital resultaram directrizes de gestão e medidas de minimização dos potenciais efeitos negativos do novo PDM. O Quadro 7 resume as principais directrizes de gestão e medidas de minimização.

Quadro 7 – Síntese das Directrizes de Gestão e Medidas de Minimização dos efeitos do Plano.

| Factor Crítico para a Decisão | Directrizes e Medidas de Minimização |
|---|--|
| <p style="writing-mode: vertical-rl; transform: rotate(180deg);">Ordenamento do Território</p> | <ul style="list-style-type: none"> - Criação de factores de qualidade (estética, ambiental e paisagística), capazes de melhorar a imagem urbana e dinamizar a capacidade atractiva dos aglomerados urbanos; - Em novas áreas habitacionais devem ser definidas áreas de circulação automóvel de diferentes funcionalidades – vias principais, via distribuidoras locais, acessos a áreas residenciais; - Implementação/operacionalização das propostas de desenvolvimento do território e aplicação do Regulamento do Plano Director Municipal; - Integração no Regulamento do PDM de Oliveira do Hospital em revisão das Orientações de gestão de espécies e habitats que decorrem do SIC Carregal do Sal (Rede Natura 2000) enquadráveis no âmbito da revisão do PDM; - Garantir que no processo de licenciamento de obras, mesmo nas áreas onde já existam compromissos assumidos, se assegure que as canalizações de linhas de água sejam amplas e não apresentam estrangulamentos; - Privilegiar a instalação de actividades que contribuem para a diversificação das actividades produtivas, sobretudo nos sectores agrícola e florestal; - Avaliação sistemática de alternativas para a minimização dos conflitos de usos ou das incidências ambientais provocados pela expansão de infra-estruturas em sistemas ecológicos e recursos naturais considerados fundamentais para a protecção e valorização ambiental do território; - Criação de mecanismos de incentivo à recuperação do património edificado existente em detrimento de novas construções; - Promover a requalificação de todos os edifícios públicos, no sentido de proporcionar as condições necessárias a pessoas com mobilidade condicionada; - Desenvolver e implementar um programa de promoção da qualidade do património edificado e actividades culturais que constituem uma marca do Concelho; - Inventariação e actualização periódica dos recursos naturais, paisagísticos, culturais e patrimoniais existentes; - Desenvolver um plano de gestão de tráfego orientado para a mobilidade sustentável do Concelho; - Fomento de sinergias inter-regionais através da definição de acções comuns, tais como infra-estruturação de trilhos e percursos da natureza; |
| <p style="writing-mode: vertical-rl; transform: rotate(180deg);">Qualidade Ambiental</p> | <ul style="list-style-type: none"> - Adoptar medidas conducentes à resolução de problemas de salubridade e contaminação (tópica e difusa); - Assegurar um adequado planeamento, gestão e monitorização das ETAR existentes no concelho; - Desenvolver e implementar uma estratégia municipal específica orientada para a melhoria da qualidade ambiental das linhas de água do Concelho, em colaboração com os restantes municípios que partilham as mesmas linhas de água; - Promover parceria intermunicipal para a promoção da qualidade da água fluvial - Dependendo do licenciamento urbanístico da capacidade do sistema de drenagem e de um tratamento de efluentes autónomo e que garanta os parâmetros de qualidade de descarga definidos pela autarquia; - Estabelecer critérios para o licenciamento de iniciativas turísticas, de modo a assegurar a integridade física e paisagística dos ecossistemas; - Desenvolver e implementar uma estratégia municipal orientada para a melhoria da qualidade de água das linhas de água presentes no concelho, de modo a potenciar também a valorização das praias fluviais; - Articular o Mapa de Ruído do Concelho com os Mapas de Ruído de Concelhos vizinhos, promover a elaboração de planos municipais de redução do ruído; - Assegurar o acompanhamento e realização de estudos de impacte ambiental ou de incidências ambientais de todos os projectos enquadrados neste âmbito, como os Planos de urbanização, as Zonas Industriais, e áreas em expansão a criar com uma área superior a 10 ha. Imposição da existência de Planos de Gestão de Resíduos em Obra para a execução destas obras e fiscalização apertada do seu cumprimento; - Programar e coordenar as actividades de construção, especialmente as que originam ruído elevado, tendo sempre em atenção as funções desenvolvidas nas zonas próximo da obra (especialmente junto a áreas residenciais); - Implementar um programa de monitorização que permita uma determinação periódica dos níveis de ruído nos estaleiros e nas zonas residenciais adjacentes às obras; - Introdução de medidas de gestão de tráfego com repercussões ao nível do ambiente acústico; - Introdução de Campanhas de Sensibilização da população para de modo a minimizar e alertar para os problemas de saúde da população, decorrentes do risco de Radão; - Implementar sistemas de Energias renováveis e de Certificação energética em edifícios da autarquia, assim como assegurar a eficiência energética dos mesmos, apelando a um uso racional de energia e à redução de emissões de CO₂; - Garantir às autoridades competentes informação sobre a localização e identificação dos factores de risco existentes |

| Factor Crítico para a Decisão | Directrizes e Medidas de Minimização |
|--------------------------------|--|
| Riscos Naturais e Tecnológicos | <ul style="list-style-type: none"> - Actualizar o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios e implementar as medidas de vigilância e de reflorestação de áreas ardidas a estabelecer pelo PMDFCI; - Promover em terrenos privados a reflorestação com espécies autóctones; - Exigir o cumprimento dos Planos de Recuperação Paisagística das explorações de recursos minerais e assegurar o seu controlo rigoroso; - Assegurar o desassoreamento das linhas de água, uma vez que o assoreamento dos canais artificiais promove o aumento da frequência das inundações; - Promover a limpeza e desobstrução das margens e leitos de linhas de água e dos colectores pluviais, de modo a prevenir a ocorrência de inundações. |
| Biodiversidade | <ul style="list-style-type: none"> - Expressão no Regulamento do PDM em revisão das Orientações de gestão de espécies e habitats que decorrem do SIC Carregal do Sal (Rede Natura 2000) enquadráveis no âmbito da revisão do PDM de Oliveira do Hospital; - Promoção de estudos de caracterização da distribuição das espécies e habitats com estatuto de protecção e de outras espécies com interesse conservacionista ocorrentes no concelho. Estes permitirão obter informação actualizada e rigorosa, essencial para uma adequada caracterização da situação de referência em projectos futuros. Numa fase posterior poderão contribuir para o rigor e eficácia de planos de gestão e/ou acção visando a biodiversidade que possam vir a ser propostos no concelho; - Apresentação de propostas relativas à prevenção e combate de incêndios florestais, protecção da floresta contra doenças (e.g. nematode do pinheiro) e controlo de espécies florestais invasoras (mimosa); - Propostas de medidas de apoio ao aproveitamento das espécies autóctones folhosas para produção de madeira de qualidade (e.g. reconversão de pinhais e eucaliptais); - Criação de carta de Valores Paisagísticos, que permita representar a área de abrangência visual dos principais valores paisagísticos identificados. - Proposta de medidas de promoção do aproveitamento dos recursos naturais presentes (e.g. percursos para observação de fauna e flora). |
| Património Cultural | <ul style="list-style-type: none"> - As intervenções realizadas ao nível do património inventariado deverão ser apenas acções de recuperação e valorização, não permitindo a demolição de edifícios ou elementos; - Desenvolver e implementar um programa de promoção da qualidade do património edificado e actividades culturais que constituem uma marca do Concelho; - Criação de mecanismos de incentivo (p. ex. redução das taxas municipais) à recuperação do património edificado existente em detrimento de novas construções; - Estabelecer critérios para o licenciamento de iniciativas turísticas no Património edificado, de modo a assegurar a integridade dos elementos arquitectónicos dos edifícios; - Deve ser promovida a valorização e aproveitamento do património arqueológico para a realização de actividades didácticas e científicas; - Dinamização e salvaguarda do património histórico e arqueológico através da organização e promoção de actividades de animação cultural e recreativa; |

12 SÍNTESE DO QUADRO DE GOVERNANÇA PARA A ACÇÃO

De seguida apresenta-se o Quadro de governança para o PDM de Oliveira do Hospital (Quadro 8), destinado a estabelecer as responsabilidades das entidades envolvidas no sentido de garantir o cumprimento dos objectivos definidos relativamente aos factores críticos de decisão estabelecidos no âmbito da AAE, bem como à concretização das directrizes propostas.

Quadro 8 – Síntese do Quadro de Governança para a Acção para o Plano Director Municipal de Oliveira do Hospital

| Entidades | Responsabilidades |
|---|--|
| Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro | <ul style="list-style-type: none"> - Manter actualizadas as perspectivas de desenvolvimento urbano do território regional, assegurando o cumprimento das condicionantes regionais nesta matéria. - Garantir a implementação dos diversos Planos Regionais de Ordenamento do Território. - Acompanhar a fase de monitorização do Plano; - Elaborar os Inventários Anuais das Emissões Gasosas da Zona Centro. - Desenvolver e manter actualizadas as estimativas regionais de emissões de gases com efeito de estufa (CO₂) e o potencial de aproveitamento regional de fontes de energia renovável; - Manter actualizadas as orientações regionais ao nível das várias políticas sectoriais (FCD) e monitorizar a sua aplicação. - Fomentar e apoiar os processos de participação pública. |
| Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte – CIMPIN | <ul style="list-style-type: none"> - Articular investimentos de interesse intermunicipal, através, nomeadamente, da contratualização da gestão de projectos comunitários no âmbito do Programa Operacional Temático Valorização do Território (POVT - QREN). |
| Associação de Desenvolvimento Regional da Serra do Açôr (ADESA) | <ul style="list-style-type: none"> - Preservação das potencialidades naturais, através da articulação de investimentos de interesse intermunicipal. |
| Associação de Desenvolvimento Integrado da Beira Serra (ADIBER) | <ul style="list-style-type: none"> - Promoção da igualdade de oportunidades; - Qualificação dos recursos humanos; - Valorização dos Produtos Locais de Qualidade; - Reconstrução do Património Histórico e Arquitectónico; - Promoção do Potencial Turístico; - Promoção Cultural e da Memória Colectiva. |
| Região de Turismo da Serra da Estrela (RTSE) | <ul style="list-style-type: none"> - Garantir a implementação das estratégias de turismo da região da Serra da Estrela. |
| Águas do Zêzere e Côa | <ul style="list-style-type: none"> - Resolver de modo célere todas as infra-estruturas que asseguram a entrada em pleno dos novos equipamentos de saneamento e disponibilizar os dados de monitorização das redes e equipamentos. |
| Agência Portuguesa do Ambiente | <ul style="list-style-type: none"> - Manter actualizadas as orientações regionais em matéria de protecção e valorização dos recursos hídricos. - Manter actualizado o sistema de monitorização e informação sobre os recursos hídricos a diferentes escalas de planeamento. |
| Associação de Produtores Florestais | <ul style="list-style-type: none"> - Gestão das ZIF's. - Implementação de práticas florestais que conduzam à criação de uma floresta de fins múltiplos e promovam a criação de mais valias para o município. |
| Autoridade Nacional de Protecção Civil | <ul style="list-style-type: none"> - Manter actualizadas as informações sobre risco de incêndios e planos de emergência respectivos. |
| ICNF | <ul style="list-style-type: none"> - Promover e apoiar acções de conservação dos valores naturais (espécies e habitats) presentes na área do SIC PTCON0027 Carregal do Sal, integrada no município. - Promover a actualização da cartografia de espécies e habitats do PSRN2000. - Acompanhar os processos de avaliação dos efeitos da implementação das estratégias, medidas e acções previstas no Plano, bem como de outras intervenções susceptíveis de terem efeitos negativos sobre os valores naturais presentes. - Fomentar uma gestão adequada dos recursos florestais com vista à prevenção dos incêndios florestais, a multifuncionalidade da floresta e promoção das espécies de crescimento lento e controlo das exóticas invasoras no município. - Promover uma gestão sustentada dos recursos florestais do município. - Apoio aos diferentes desafios impostos às ZIF |
| ONGAs | <ul style="list-style-type: none"> - Acompanhar a monitorização da implementação do PDM em matéria de riscos naturais e tecnológicos. - Participar nos processos de consulta pública dos processos de planeamento e dos procedimentos de AIA. |

| Entidades | Responsabilidades |
|--|--|
| Câmara Municipal de Oliveira do Hospital | <ul style="list-style-type: none"> - Controlar a dispersão urbana fora dos perímetros urbanos e as tendências de expansão em zonas de risco e/ou em zonas de conflito potencial de uso do solo. - Garantir a implementação dos diversos Planos Municipais de Ordenamento do Território. - Controlar os défices infra-estruturais existentes, nomeadamente ao nível do saneamento básico. - Controlar as perdas/fugas de água no abastecimento. - Adoptar práticas quotidianas de valorização ambiental e energética. - Manter actualizadas as perspectivas de desenvolvimento da rede viária municipal tendo em conta critérios de mobilidade e proximidade funcional.- - Estabelecer orientações e metas municipais de protecção e requalificação ambiental e assegurar a sua monitorização. - Promover a valorização do património natural e paisagístico do município. - Apoiar as associações florestais na gestão das Zonas de Intervenção Florestal (ZIF). - Articular com todas as entidades intervenientes no processo de AAE para que a implementação das acções previstas no PDM decorram de forma sustentável. - Fomentar e apoiar os processos de participação pública. - Cumprir as medidas que venham a ser impostas na Declaração Ambiental. - Promover a valorização do património natural e edificado. |
| Direcção Geral do Património Cultural | - Manter actualizada a informação disponibilizada, dando apoio e fiscalizando as intervenções sobre o património arqueológico. |
| DRCC | - Manter actualizada a informação disponibilizada, dando apoio e fiscalizando as intervenções sobre o património arquitectónico. |
| Juntas de Freguesia | - Fomentar diferentes formas de participação pública. |
| População em geral | <ul style="list-style-type: none"> - Contribuir para o alcance das metas estabelecidas. - Adoptar práticas quotidianas de valorização ambiental e energética. - Participar activamente nos processos de decisão, em sede própria, nomeadamente nos processos de Consulta Pública de processos de planeamento e AIA. - Participar atempadamente nos processos de decisão, em sede própria, nomeadamente no processo de inquérito público. - Participar activamente na conservação dos valores naturais do seu município com vista à promoção de um desenvolvimento sustentável. |

13 PLANO DE SEGUIMENTO E QUADRO DE CONTROLO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO

O plano de seguimento e controlo, como já mencionado, constitui uma contribuição fundamental para a fase de execução do PDM, pois permitirá acompanhar e avaliar os efeitos ambientais de natureza estratégica decorrentes da aplicação do plano, a identificação de resultados inesperados e a consequente adopção de medidas correctivas, dentro do quadro legal permitido. No Quadro 9 apresentam-se os principais indicadores de seguimento definidos no âmbito da AAE. O rol de indicadores definido para cada Factor crítico será analisado anualmente (periodicidade mínima permitida) e o seu resultado encaminhado também anualmente à Agência Portuguesa de Ambiente.

Quadro 9 – Síntese do quadro de Seguimento e Controlo do presente Plano Director Municipal de Oliveira do Hospital.

| FCD | Indicador | Unidade | Meta em documento estratégico | Valor Base da AAE | Ano a que se refere o Valor Base/Fonte |
|--|---|------------------------|---|--|--|
| Ordenamento do Território | As Políticas económicas e as estratégias de desenvolvimento | | | | |
| | Taxa de execução do espaço urbano programado | ha | - | | 2011 |
| | Evolução da oferta de solo industrial e seu grau de ocupação | ha | - | 206,88 | 2011 |
| | Evolução do número de estabelecimentos industriais em solo rural | Nº | - | | 2011 |
| | Variação do número de estabelecimentos, quartos e da capacidade de alojamento no turismo em espaço rural | Nº de estabelecimentos | - | 34 | 2011 |
| | Taxa de ocupação das unidades de Turismo em Espaço Rural (TER) | % | A definir aquando da DA | - | - |
| | Evolução dos espaços afectos à exploração de recursos geológicos | ha | - | Consolidada – 813,89 | 2011 |
| | | | | Recuperação – 49,25 | |
| | | | | Potencial – 2484,64 | |
| | Índice de poder de compra - IPCC | - | - | 65,25 | 2007 |
| | Instrumentos de gestão territorial | | | | |
| | Evolução global das áreas urbanas | ha | - | 2126 | 2011 |
| | Condicionantes, áreas naturais | | | | |
| | Evolução das áreas de Reserva Agrícola Nacional | ha | - | 2605,3 | 2011 |
| | Evolução das áreas de Reserva Ecológica Nacional | ha | - | 6021,04 | 2011 |
| | Áreas afectas ao Regime Florestal | ha | - | 599 | 2011 |
| | Áreas em Rede Natura 2000 | ha | - | 6 576 | 2011 |
| Estrutura Ecológica Municipal | ha | - | 13550,5 | 2011/ CM de Oliveira do Hospital | |
| Acessibilidades e Mobilidades | | | | | |
| Nº de edifícios públicos com condições de acesso a pessoas com mobilidade condicionada | Nº | - | - | - | |
| Qualidade Ambiental | Abastecimento de Água | | | | |
| | Cobertura da rede de abastecimento de água | % | PEAASAR: ≥ 99% | 84,28% | 2003/CM de Oliveira do Hospital |
| | Percentagem do número total de análises realizadas à água tratada cujos resultados ultrapassam o limite permitido | % | PEAASAR: < 1% | 3,10% | Média dos anos de 2009 a 2010/ CM de Oliveira do Hospital |
| | Percentagem de perdas na rede de abastecimento de água | % | -- | -- | -- |
| | Drenagem e tratamento de águas residuais | | | | |
| | Cobertura da rede de drenagem de águas residuais | % | PEAASAR: 85% (2013) | 79,89% | 2003/ CM de Oliveira do Hospital |
| Eficiência do tratamento realizado | % | -- | ETAR Aldeia das Dez: CBO ₅ : 73% CQO: 78% SST: 85% ETAR Avô: CBO ₅ : 93% CQO: 94% SST: 98% ETAR Digueifel: CBO ₅ : 90% CQO: 89% SST: 98% | 2007 a 2011/CM de Oliveira do Hospital | |

| FCD | Indicador | Unidade | Meta em documento estratégico | Valor Base da AAE | Ano a que se refere o Valor Base/Fonte |
|----------------------------|--|---|-------------------------------------|--|--|
| | | | | ETAR Ervedal da Beira: CBO ₅ : 92% CQO: 88% SST: 92% ETAR Lagares da Beira: CBO ₅ : 74% CQO: 67% SST: 42% ETAR Santo António: CBO ₅ : 91% CQO: 93% SST: 98% ETAR Vendas Gavinhos: CBO ₅ : 85% CQO: 75% SST: 81% ETAR Vila Franca: CBO ₅ : 80% CQO: 77% SST: 91% | |
| | Número de ETAR em que se realiza uma reutilização de águas residuais tratadas | N.º | -- | 0 | 2011/CM de Oliveira do Hospital |
| | Substituição das fossas sépticas existentes por ETAR ou ETAR compactas | N.º | -- | 37 | 2011/CM de Oliveira do Hospital |
| Qualidade Ambiental | Recursos hídricos | | | | |
| | Qualidade da água nas praias fluviais | Boa, Aceitável, Má, Interdita Temporariamente, Retirada | -- | Alvôco das Várzeas: Boa Avô: Aceitável | 2010/ SNIRH |
| | Qualidade da água subterrânea | A1, A2, A3 | -- | 211/C33 – A2; 233/C44 – A3 | 2009/ SNIRH |
| | Número de edifícios públicos com aproveitamento de águas pluviais | N.º | -- | 0 | 2011/CM de Oliveira do Hospital |
| | Recolha e tratamento de RSU | | | | |
| | Cobertura da rede de recolha de RSU | % | -- | 100% | 2011/CM de Oliveira do Hospital |
| | Cobertura e quantificação da recolha selectiva e reciclagem de resíduos | Hab/ecoponto | Aumento de 25% até 2016 PERSU II | 270 | 2011/CM de Oliveira do Hospital |
| | Vidro | ton | -- | 198,34 | 2010/CM de Oliveira do Hospital |
| | Papel | ton | -- | 122,18 | 2010/CM de Oliveira do Hospital |
| | Embalagens | ton | -- | 67,89 | 2010/CM de Oliveira do Hospital |
| | Incremento do nº de equipamentos de recolha colocados à disposição da população | N.º | Aumento de 25% até 2016 PERSU II | 82 Ecopontos completos | 2010/CM de Oliveira do Hospital |
| | Poluição sonora | | | | |
| | Receptores sensíveis expostos a focos de poluição sonora | ha | -- | Zonas de Conflito: 66,3 | 2012/IERU |
| | Nº de queixas apresentadas pelos munícipes relativas ao ruído | N.º | -- | 3 | 2010/CM de Oliveira do Hospital |
| | Evolução das zonas sensíveis e zonas mistas ao longo da aplicação do plano | ha | -- | Sensíveis: 297,3 Mistas: 2016,2 | 2010 |
| | Actividades ou instalações com impacte em termos de poluição sonora | Locais | -- | Áreas próximas das vias de tráfego, EN17, EN230 | 2010/Mapa de Ruído de Oliveira do Hospital |
| | Qualidade do ar | | | | |
| | Evolução das emissões de poluentes no concelho | t/ano | -- | Partículas: 29; CO: 34; NO _x : 78; SO ₂ : 11; H ₂ S: 0 | 2005/ CCDRC |
| | Evolução das emissões de poluentes por freguesia apurada | t/ano | -- | Lagos da Beira: Partículas: 0,0; CO: 0,0; NO _x : 0,2; SO ₂ : 0,2; H ₂ S: 0,0; CO ₂ : 321 Oliveira do Hospital: Partículas: 0,1; CO: 2,9; NO _x : 0,2; SO ₂ : 0,7; H ₂ S: 0,0; CO ₂ : 196 S. Paio Gramaços: Partículas: 28,5; CO: 30,6; NO _x : 77,7; SO ₂ : 10,2; H ₂ S: 0,0; CO ₂ : 25566 | 2005/ CCDRC |
| | Eficiência Energética | | | | |
| | Número de edifícios da autarquia alvo de RCESE/RCCTE com classe igual ou superior a B- | N.º | PNAEE (20%) | 0 | 2011/CM de Oliveira do Hospital |
| | Número de Edifícios autárquicos alvo de Microgeração | N.º | PNAEE (50%) | 0 | 2011/CM de Oliveira do Hospital |

| FCD | Indicador | Unidade | Meta em documento estratégico | Valor Base da AAE | Ano a que se refere o Valor Base/Fonte |
|---|--|---------|-------------------------------|--|---|
| Riscos Naturais e tecnológicos | Incêndios | | | | |
| | Evolução anual do número de ignições e área ardida | Nº/ha | -- | 19 Ocorrência /90,3ha ardidos | 2010/AFN |
| | Percentagem de áreas urbanizáveis inseridas em locais com perigosidade de incêndio alta e muito alta | % | -- | 171,6ha para classe Muito Alta | Dados base 2009/PMDFCI |
| | Erosão dos solos | | | | |
| | Evolução da área com risco de erosão | ha | -- | 217,7 | Planta de Condicionantes/2010 |
| | Percentagem de áreas urbanizáveis inseridas em locais com risco de erosão | % | -- | 0 | 2011 |
| | Cheias | | | | |
| | Evolução da área com risco de cheia | ha | -- | 116,0 | Planta de Condicionantes/2010 |
| | Percentagem de áreas urbanizáveis inseridas em locais com risco de cheia | % | -- | 1,4 | 2011 |
| | Exposição ao Radão | | | | |
| | Evolução da área com risco de Radão | ha | -- | 2.312,29 | 2004 Mapa Risco de Radão |
| | Percentagem de áreas urbanizáveis inseridas em áreas com risco de elevado | % | -- | 5,2 | 2011 |
| | Nº de campanhas de sensibilização à população | Nº | -- | 0 | 2011/CM Oliveira do Hospital |
| | Explosão | | | | |
| Áreas urbanizáveis inseridas em locais com risco de explosão | ha | -- | 1,76 (Zona de Protecção) | 2011 | |
| Áreas urbanizáveis inseridas em locais áreas de exploração consolidada e potenciais | ha | -- | 35,9 | 2011 | |
| Biodiversidade | Rede Fundamental de Conservação da Natureza (RFCN) | | | | |
| | Proposta de planos de Gestão e/ou Acção visando a conservação da biodiversidade | N.º | - | 0 | 2011/ Câmara Municipal de Oliveira do Hospital |
| | Diversidade de espécies e habitats | | | | |
| | Diversidade de espécies de fauna ameaçadas e protegidas. Entre parêntesis, número de espécies prioritárias para a conservação. | N.º | - | 6 (2) | 2008/ PSRN2000 e Câmara Municipal de Oliveira do Hospital |
| | Diversidade de espécies de flora ameaçadas e protegidas. Entre parêntesis, número de espécies prioritárias para a conservação. | N.º | - | 6 (0) | 2008/ PSRN2000 e Câmara Municipal de Oliveira do Hospital |
| | Número de árvores classificadas de interesse público | N.º | - | 3 | 2011/AFN e Câmara Municipal de Oliveira do Hospital |
| | Habitats protegidos. Entre parêntesis, número de habitats prioritários para a conservação. | N.º | - | 4 (0) | 2008/ PSRN2000 e Câmara Municipal de Oliveira do Hospital |
| | Sobreposição de áreas urbanizáveis com a distribuição de habitats protegidos. | ha | - | 7,1ha | 2011/ PSRN2000 e Câmara Municipal de Oliveira do Hospital |
| | Estrutura Ecológica Municipal | | | | |
| | Situações potenciais de conflito decorrentes da revisão do PDM | N.º | - | 1 | 2011/ Câmara Municipal de Oliveira do Hospital |
| | Inclusão e expressividade dos corredores ecológicos do PROFPIN na EEM | ha/% | - | 5680 ha/ 42% | 2011/ Câmara Municipal de Oliveira do Hospital |
| | Representatividade da área ardida sobre a EEM | ha | - | 2722 ha | 2011/ Câmara Municipal de Oliveira do Hospital |
| | Gestão e conservação da floresta | | | | |
| Evolução e expressividade de Zonas de Intervenção Florestal | N.º/% | - | 6/(97%) | 2011/ Câmara Municipal de Oliveira do Hospital | |

| FCD | Indicador | Unidade | Meta em documento estratégico | Valor Base da AAE | Ano a que se refere o Valor Base/Fonte | |
|----------------------------|--|---------|-------------------------------|-------------------|---|--|
| | Áreas com povoamentos florestais: | ha/ % | - | 9730,1 ha (41,5%) | 2004/ Câmara Municipal de Oliveira do Hospital (PMDFCI) | |
| | Pinhal | ha/ % | - | 6372,7 ha (27,2%) | 2004/ Câmara Municipal de Oliveira do Hospital (PMDFCI) | |
| | Povoamentos Mistos | ha/ % | - | 2302,8 ha (9,8%) | 2004/ Câmara Municipal de Oliveira do Hospital (PMDFCI) | |
| Biodiversidade | Folhosas | ha/ % | - | 751,7 ha (3,2%) | 2004/ Câmara Municipal de Oliveira do Hospital (PMDFCI) | |
| | Eucaliptal | ha/ % | - | 141,1 ha (0,6%) | 2004/ Câmara Municipal de Oliveira do Hospital (PMDFCI) | |
| | Acacial | ha/ % | - | 161,9 ha (0,7%) | 2004/ Câmara Municipal de Oliveira do Hospital (PMDFCI) | |
| | Área de Espaço Florestal de Conservação convertida em áreas urbanas/urbanizáveis, industriais, equipamentos e infra-estruturas | ha/% | - | - | - | |
| | Paisagem | | | | | |
| | Expressividade do solo rural transformado em solo urbano/ urbanizável e industrial | ha | - | - | - | |
| | Intrusões na paisagem em áreas sensíveis | N.º | - | 14 | 2011/ Câmara Municipal de Oliveira do Hospital | |
| Património cultural | Valores arqueológicos e arquitectónicos | | | | | |
| | Património arquitectónico classificado ou em vias de classificação | Nº | - | 24 | 2011 | |
| | Património arqueológico | Nº | - | 3 | 2011 | |

14 CONCLUSÃO

O município de Oliveira do Hospital apresenta um interessante modelo de desenvolvimento assente na promoção dos recursos paisagísticos e naturais, na qualificação e estruturação dos espaços urbanos, na qualificação de novos espaços industriais e empresariais e no desenvolvimento da actividade turística. A revisão do PDM de Oliveira do Hospital procura reflectir e ir ao encontro destes desígnios.

O facto de a Revisão do PDM se encontrar próximo da fase final aquando da entrada em vigor dos D.L. n.º 232/2007, de 15 de Junho, e D.L. n.º 316/2007, de 17 de Setembro, veio condicionar bastante o alcance da presente Avaliação Ambiental Estratégica (AAE). Desta forma a presente AAE teve um papel limitado ao nível do seu contributo para encontrar opções estratégicas/territoriais de um nível mais elevado de sustentabilidade, tendo sido útil, porém, ao nível de proposta de alterações, correcções e sugestões de consolidação das diferentes peças do plano.

O presente ilustra a conclusão de que existe um balanço que pende significativamente a favor das oportunidades e efeitos positivos identificados com a revisão do PDM em apreciação.

Com vista à minimização dos efeitos ambientais negativos de índole estratégica e à potenciação das oportunidades identificadas foram apresentadas Directrizes de gestão e medidas de minimização, um Quadro de governança e ainda um Plano de seguimento e controlo da aplicação do PDM que interessa atender.

Assim, o novo PDM, acompanhado do Relatório Ambiental (e respectivo Resumo Não Técnico), será apresentado a Consulta Pública, após a qual será elaborada a Declaração Ambiental deste processo para apresentação na Agência Portuguesa de Ambiente e ao público em geral.

Coimbra, 22 de Abril de 2013.



Nuno Maria Brilha Vilela
(Biólogo, MSc Economia Ecológica)